

# O TEXTO LITERÁRIO COMO EXEMPLO DE BOA LINGUAGEM NAS GRAMÁTICAS: UMA INCURSÃO NA HISTÓRIA.

Rejane Rodrigues Almeida de Medeiros<sup>1</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é observar a ocorrência de excertos literários como exemplos de boa linguagem nas gramáticas, bem como discutir a relação entre literatura e gramática na tradição do pensamento linguístico ocidental, a partir de uma breve análise de três obras que se situam em momentos importantes da historiografia linguística, a saber: *Techné grammatiké*, de Dionísio Trácio (sec. II-I a. C.), *Institutiones grammaticae*, de Prisciano (sec. V d. C.) e *Arte da gramática da língua portuguesa*, de Antonio José dos Reis Lobato (sec. XVIII).

**PALAVRAS-CHAVE:** história da linguística; história da gramática; gramática e literatura; exemplos literários nas gramáticas; ensino de língua.

## INTRODUÇÃO

As primeiras relações entre gramática e literatura, no mundo Ocidental, foram estabelecidas na Antiguidade Clássica, no contexto dos estudos dos gramáticos de Alexandria. Para esses estudiosos, ao explicar e descrever os usos linguísticos dos poetas, a gramática funcionava como padrão de correção da linguagem – já que se tratava de usos autorizados –, e possibilitava também a apreciação adequada do texto literário. O nascimento da gramática da língua grega, ocorrido entre os séculos I-II a. C., surge no instante em que, de certo modo, havia uma reciprocidade entre essas áreas do conhecimento: da literatura, a gramática extraía os exemplos e os explicava, ao mesmo tempo em que fornecia os meios para a leitura e entendimento dos poetas, principalmente de Homero. No que concerne à gramática latina, durante a

<sup>1</sup> Doutoranda e bolsista da CAPES, desenvolve pesquisa junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.



Roma Antiga e a Idade Média, essa função hermenêutica da gramática, enquanto exegese e explicação do texto, mantém-se inalterada. Assim, a tradição do emprego de excertos literários como exemplos de boa linguagem nas gramáticas ultrapassa os séculos, e chega até a Modernidade, influenciando a estrutura das gramáticas vernaculares, as quais passam a apresentar como exemplo os usos dos grandes escritores de língua vulgar. Este artigo discute as relações entre literatura e gramática, e analisa a presença de excertos literários como exemplo de boa linguagem nas gramáticas: *Techné grammatiké*, de Dionísio Trácio (sec. II-I a. C.), *Institutiones grammaticae*, de Prisciano (sec. V d. C.) e *Arte da gramática da língua portuguesa*, de Antonio José dos Reis Lobato (sec. XVIII).

### **TECHNÉ GRAMMATIKÉ, DE DIONÍSIO TRÁCIO (SEC. II-I A. C.)**

Entre os séculos II e I a. C., redigiu-se a “primeira descrição explícita que se conhece da língua grega”, a *Techné grammatiké*, de Dionísio Trácio; um tratado breve, dedicado à sistematização das classes de palavras e à análise morfológica, que teve grande alcance, permanecendo como obra básica por treze séculos, e exercendo influência na elaboração das gramáticas ocidentais latinas e de línguas vernáculas (MARROU, 1966, p. 267; ROBINS, 1983, p. 24). Apesar de a *Arte da gramática* não ter sido concebida com um fim pedagógico, o manual foi também adotado no ensino, durante a Grécia Antiga.

Se, por um lado, o manual de Dionísio Trácio é, em parte, fruto das reflexões linguísticas realizadas pelos filósofos gregos, os quais se interessavam pelo conhecimento das regras de funcionamento da linguagem enquanto expressão do pensamento, por outro, é, sobretudo, à tradição dos estudos linguísticos alexandrinos, mais interessados na linguagem como parte da crítica literária, que o tratado sobre a língua grega se filia (ROBINS, 1983, p. 17-24). No período em que floresceu a filosofia na Hélade, na época de Platão e Aristóteles, o termo *grammatikós* ainda era empregado apenas para se referir àquele que dominava o uso das letras, *grámmata*, que conhecia o alfabeto e sabia utilizá-lo na escrita e na leitura. O estudo do *lógos*, o que chamamos hoje de investigação linguística, era realizado pelos filósofos (ROBINS, 1983, p. 10). Na era helenística, entretanto, a qual compreende o tempo decorrido entre os





séculos IV e I a. C., quando ocorreu a dominação romana, as reflexões sobre a linguagem passaram a ser motivadas principalmente pelo exame da literatura grega clássica (NEVES, 2002, p. 20-21).

Como apontam Neves (2002, p. 21) e Robins (1983, p. 13), no círculo de Alexandria, ao desenvolver trabalhos de estabelecimento e exegese dos textos literários, realizando comentários sobre a língua e o conteúdo desses textos, o *grammatikós* deixa de ser um simples conhecedor das letras do alfabeto grego, para se tornar também um *kritikós*. Por meio da crítica textual, esses filólogos-gramáticos julgavam as obras clássicas gregas, procurando suas virtudes e possíveis vícios; explicavam os usos linguísticos dos autores e dos textos analisados, e apresentavam-nos como modelo de boa linguagem ao homem grego culto.

Para Jaeger (2013, p. 12-13), os gregos foram os primeiros a considerar como clássicas as grandes obras artísticas de seu povo, fundando, assim, o paradigma do estudo classicista próprio do *humanismo*. O conhecimento dos poetas, para a civilização grega, constituía “um dos atributos principais do homem culto, um dos valores supremos da cultura” (MARROU, 1966, p. 266). E na literatura clássica, a educação antiga buscava exemplos de perfeição linguística e de ordem moral, elementos essenciais para a formação do homem livre.

Os gramáticos alexandrinos, com vistas à educação, selecionavam e examinavam as obras literárias da criação helênica, principalmente as de Homero, fixando padrões linguísticos a cultivar e a preservar, ainda que tais padrões não correspondessem a nenhum registro de seu tempo; pois os gregos cultos, formados em uma cultura clássica essencialmente literária, tinham clara consciência de que a língua dos poemas homéricos, utilizada na *Ilíada* e a *Odisseia*, não se identificava precisamente com nenhum dialeto vivo da época (NEVES, 2002, p. 20; ROBINS, 1983, p. 9). As gramáticas helenistas possuíam então dupla finalidade: de um lado, estabeleciam e explicavam a língua dos autores clássicos; e de outro, objetivavam preservar o grego da corrupção por parte dos iletrados (LYONS, 1979, p. 9). Conforme observa Leite (2007, p. 45), data da época final do século II a. C. e início do I d. C., a passagem de uma “concepção de gramática como competência em matéria de





textos, em que as regras eram explicativas dos fenômenos ocorridos nos textos de cada autor”, para uma “concepção de gramática como sistema da língua”, em que as regras deviam tornar-se modelo para o uso comum, enquanto norma e padrão de correção. A concepção de língua homogênea e isótopa é consequência de sua gramatização, uma vez que tal processo, apoiado em uma discussão do que se considera como “bom uso”, no caso o emprego dos autores clássicos, reduz as variações dialetais<sup>2</sup>. Nesse sentido, a gramática se configura como um instrumento linguístico, que não só descreve um estado de língua, como também o prolonga ao fornecer regras e formas de linguagem que, muitas vezes, podem não estar integradas nos usos linguísticos de uma comunidade (AUROUX 2009, p. 69-70).

A *Techné grammatiké*, de Dionísio Trácio, publicada entre os séculos II a. C. e I a. C., se insere na tradição dos estudos alexandrinos, onde a gramática fazia parte de um esquema mais amplo de estudos propedêuticos, que, através da crítica textual, tinham por objetivo a apreciação adequada da literatura grega clássica (ROBINS, 1983, p. 25). Dionísio abre sua *Techné* definindo a gramática como “o conhecimento prático do uso linguístico comum aos poetas e prosadores” (*apud* ROBINS, 1983, p. 24). Em seguida, divide a gramática em seis partes: “primeira, leitura exata (em voz alta), com a devida atenção à prosódia; segunda, explicação das expressões literárias das obras; terceira, preparo de notas sobre fraseologia e temática; quarta, descobrimento das etimologias; quinta, determinação das regularidades analógicas; sexta, crítica das composições literárias, que é a parte mais nobre da gramática” (*apud* ROBINS, 1983, p. 24-25). Conforme salienta Robins (1983, p. 25), o procedimento do gramático grego se baseava na observação dos textos de autores consagrados, onde colhia material para justificar suas formulações descritivas.

Segundo a *Arte da gramática*, a leitura em voz alta, uma das partes da gramática que abrange o gesto, a prosódia e a pronúncia das palavras, deveria

---

<sup>2</sup> Auroux (2009, p. 65) assim define o conceito de gramatização: “Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”.





ser observada de maneira tal que o sentido do poema, ou da obra em prosa, se revelasse de acordo com o gênero lido:

*Se há de leer atendiendo al gesto, a la prosodia y a la distinción de la palabras. Por el gesto vemos la cualidad de lo leído, por la prosodia el arte, por la separación de las palabras el sentido encerrado. Para que recitemos la tragedia de modo heroico, la comedia como la vida, las elegías estridentemente, la épica com vigor, la lírica melodiosamente y los lamentos com abatimiento y como si se llorase. Porque lo que no se haga em observancia de esto anula das cualidades de los poetas y hace ridículos los hábitos de los lectores (DIONÍSIO TRÁCIO, 2002, p. 36-37).*

Na Antiguidade, a leitura em voz alta predominou sobre a leitura silenciosa, desde a Grécia arcaica. Segundo afirmações de Svenbro (1998, p. 51-57), nesse tipo de leitura, o ouvinte não poderia se enganar sobre a relação fidedigna existente entre o que estava escrito no texto e o que era oralizado. Para isso, seria necessário o engajamento do leitor, o qual cederia ao texto seu aparelho vocal e seu corpo, unindo-se a ele pelo tempo de uma leitura. Na gramática de Dionísio, as recomendações quanto aos modos adequados de ler demonstram uma preocupação em garantir que a intenção expressa na obra seja transmitida pelo leitor, de modo a tornar evidentes as qualidades dos poetas. Assim, a tragédia deveria ser recitada de modo heroico, a épica com vigor, a lírica melodiosamente, etc. (cf. DIONÍSIO TRÁCIO, 2002, p. 36-37).

Após apresentar as orientações acerca da leitura em voz alta, Dionísio trata brevemente da fonética da língua grega, e, em seguida, das categorias de palavras, cerne de seu tratado. Para fins de exemplificação desses temas, a primeira gramática grega se serve de excertos de um *corpus* da literatura clássica grega, sobretudo as obras de Homero. Ao descrever as letras e os sons de sua língua, o autor recorre à citação dos versos da *Ilíada* e da *Odisseia*, tomando por pronúncia correta aquela do grego clássico, representada nos cantos homéricos (cf. DIONÍSIO TRÁCIO, 2002, p. 40-50). Quanto às oito partes da oração – nome, verbo, participio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção –, das quais se ocupa o manual, são igualmente empregados termos da literatura clássica para ilustrar essas classes de palavras. É o caso, por exemplo, dos nomes de personagens da





Ilíada, como “Aquiles” e “Pítaco”, citados para demonstrar a classe dos nomes derivados patronímicos; ou de expressões da mesma obra épica, como “manto hectórico” (manto de Heitor) e “cavalos neleicos” (cavalos de Neleu), para exemplificar os nomes derivados possessivos; ou ainda de sentenças, como “Aquiles é mais valente que os troianos”, em se tratando da explicação do comparativo (cf. DIONÍSIO TRÁCIO, 2002, p. 53-54).

Auroux (2009, p. 66-67), ao analisar a estrutura das gramáticas, considera que estas geralmente contêm: “a) uma categorização das unidades; b) exemplos; c) regras mais ou menos explícitas para construir enunciados, sendo que os exemplos podem, às vezes, ocupar o lugar das regras”. De acordo com o modelo, os exemplos são parte integrante desse tipo de tratado. Para o linguista francês, “a constituição de um *corpus* de exemplos é um elemento decisivo para a gramatização”, pois são constructos teóricos que testemunham uma certa realidade linguística e representam a língua normatizada. Nesses exemplos, os quais constarão ainda nas gramáticas latinas e depois nas vernaculares, encontra-se a concepção de autoria como *auctoritas*, segundo a qual o *auctor*, sendo o artífice que executa sua arte por meio de uma técnica (*ars*) formada por regras precisas de articulação, fornece exemplos de um uso autorizado e virtuoso, a serem imitados (HANSEN, 1992, p. 18-29).

### **INSTITUTIONES GRAMMATICAE, DE PRISCIANO (SEC. V D. C.)**

As gramáticas latinas, que, em sua maioria, se fizeram por decalque do modelo de descrição do grego, acrescentando em sua estrutura apenas uma parte dedicada à retórica e à estilística<sup>3</sup> (LEITE, 2007, p. 66), continuaram a apresentar como exemplos de suas descrições textos extraídos de escritores clássicos; fato que evidencia o prestígio da modalidade de escrita literária do latim, e o pouco interesse pelo latim falado, bem como pelo uso escrito não literário da língua, para as camadas eruditas da sociedade romana (ROBINS, 1983, p. 35). Como aponta Robins (1983, p. 35), em fins do século I d. C., os gramáticos latinos colocaram sua atenção na linguagem empregada nos textos

<sup>3</sup> Foge a esta regra, de acordo com Leite (2007, p. 66), a gramática de Varrão (sec. I a. C., 116-27), “latino que retomou a *Techné* de Dionísio, mas a ampliou, fez uma análise crítica da doutrina linguística para, enfim, descrever a língua latina não como um decalque da grega, mas como uma apresentação de suas próprias características”.





da literatura clássica, pois, assim como os estudiosos gregos de Alexandria, acreditavam no papel propedêutico da gramática, enquanto introdução e fundamentação dos estudos literários.

Quintiliano, na obra *Institutio oratoria*, ao tratar de temas relacionados à formação do homem, considera a disciplina gramatical necessária à apreciação adequada da literatura na educação liberal, semelhantemente ao que manifestara Dionísio Trácio no início de sua *Techné* (ROBINS, 1983, p. 41). Tanto para os gregos como para os romanos, a educação liberal estava assentada no sistema das artes liberais, que se constituíam em número de sete, abarcando o *trivium* (três vias), composto pela gramática, retórica e dialética; e o *quadrivium* (quatro vias), o qual se formava pela aritmética, geometria, música e astronomia. Dentre essas artes, assim chamadas de “liberais” porque deveriam ser cultivadas pelo homem livre, sem que isso representasse possibilidade de ganho monetário, em primeiro lugar encontrava-se a gramática, de modo que sua importância permaneceu viva ainda na Idade Média latina (CURTIUS, 2013, p. 72-73). Segundo Robins (1983, p. 42), embora alguns autores do período clássico romano tenham divergido em alguns aspectos do modelo grego de sistematização da língua, como Varrão, por exemplo, que descreveu a língua latina a partir de suas características próprias e não como um decalque da grega, são obras como a de Prisciano (sec. IV-V d. C.) e Donato (sec. IV), consideradas continuadoras da tradição grega, que se tornarão representativas da erudição linguística romana, e servirão de base para toda a educação do final da Antiguidade, da Idade Média latina, e do ensino tradicional do mundo moderno ocidental. Prisciano e Donato, apesar de terem algumas diferenças em questões pormenores, seguiram um mesmo sistema básico de descrição gramatical, aplicando, na maior parte de seu trabalho, categorias e nomenclaturas gregas à língua latina (ROBINS, 1983, p. 42). Assim como os gramáticos de Alexandria, esses gramáticos latinos descreveram não a língua de seu tempo, mas a de escritores consagrados, especialmente Cícero e Virgílio (LYONS, 1979, p. 14).

A *Institutiones grammaticae*, de Prisciano (500 d. C.), consta de dezoito livros e cerca de mil páginas. Retoma a doutrina grega constituída pela *Techné*





*grammatiké*, de Dionísio, e por *Sintaxis*, de Apolônio Díscolo<sup>4</sup> (ROBINS, 1983, p. 42-44). Apresenta, entretanto, como aspecto renovador, o tratamento especial dispensado à sintaxe (LEITE, 2007, p. 66). Seu autor ensinou gramática latina em Constantinopla, durante a segunda metade do século V, cidade grega que, por ter sido transformada na capital do Império do Oriente, passara a ter o latim como língua oficial, cujo ensino conseqüentemente acabou se tornando necessário (ROBINS, 1983, p. 44). A obra do mestre de gramática foi inicialmente copiada por um de seus alunos, Flavius Theodorus, com o título de *Ars Prisciani uiri eloquentissimi disertissimi grammatici*; o qual permaneceu na tradição manuscrita até o século XIX, quando recebeu novo título, *Institutiones grammaticae*, na edição feita por Krehl entre 1819 e 1820. O livro XVII, dedicado ao estudo da sintaxe latina, e do qual trataremos brevemente aqui, foi copiado provavelmente em 30 de maio de 527; momento em que já se notava o declínio do latim falado no cotidiano, embora o idioma ainda fosse a língua da administração do Império Romano (BARATIN *et al.*, 2010, p. 9-12).

Para Baratin *et al.* (2010, p. 12), à primeira vista, o plano do livro XVII de Prisciano não parece muito claro. Começa com uma longa introdução, onde o autor justifica a análise da *constructio*, ou seja, da estrutura da frase, e depois sublinha a importância particular do nome e do verbo, bem como o papel das palavras interrogativas. Quanto ao corpo do livro, este abrange, primeiramente, o estudo da construção dos equivalentes latinos dos artigos gregos, e em seguida, o dos pronomes. O objetivo de Prisciano, no tratado, é abordar o emprego das palavras na formação de um enunciado completo, o qual é definido pelo gramático latino como “um agrupamento de palavras organizadas da maneira mais adequada”:

O enunciado é, com efeito, um agrupamento de palavras organizadas da maneira mais adequada, do mesmo modo que a sílaba é um agrupamento de letras unidas da maneira mais adequada; e assim como a palavra procede da junção de

---

<sup>4</sup> Apolônio Díscolo viveu na primeira metade do século II d. C., e a ele é atribuída, especialmente, a introdução da sintaxe nos estudos gramaticais (NEVES, 2002, p. 61-62).







sílabas, assim também o enunciado completo procede da junção de palavras<sup>5</sup> (PRISCIEN, 2010, p. 65).

Conforme salientam Baratin *et al.* (2010, p. 12), nas primeiras linhas do livro XVII, o estudo da *constructio*, isto é, da estrutura da frase, é justificado por Prisciano como algo que deve ser atentamente observado, já que é indispensável à explicação do texto, de qualquer autor que se trate. Os estudiosos ainda assinalam que “há aqui uma alusão à função hermenêutica tradicional da gramática antiga, a explicação de texto”:

Dentro do que foi anteriormente exposto, nós tratamos então das palavras realizadas individualmente, como reclamava sua lógica própria. Nós vamos agora falar da maneira habitual de organizá-las para construir um enunciado completo – o que nós devemos examinar com a mais viva atenção, porque esta é absolutamente indispensável à explicação de texto, de qualquer autor que seja. Com efeito, do mesmo modo como as letras, ao se unirem adequadamente, formam sílabas, e as sílabas, palavras, assim também as palavras formam o enunciado<sup>6</sup> (PRISCIEN, 2010, p. 63).

Segundo Robins (1983, p. 44), a “obra de Prisciano consiste na descrição sistemática do latim da literatura clássica”. Ainda que no livro XVII sejam contempladas expressões do latim escrito pertencentes aos domínios administrativo e jurídico, visto que o manual se dirigia a estudantes para os quais o latim deixava de ser familiar (cf. BARATIN *et al.*, 2010, p. 12); a grande maioria dos exemplos é extraída de escritores clássicos gregos e romanos, como Homero, Virgílio, Horácio, Cícero, entre outros.

De acordo com a divisão do livro XVII apresentada por Baratin *et al.* (2010, p. 12), trechos de autores consagrados são citados para demonstrar os assuntos abordados, já na parte introdutória do livro. É o que ocorre, por

<sup>5</sup> “L'énoncé est en effet un groupement de mots agencés de la façon la plus adéquate, de même que la syllabe est un groupement de lettres jointes de la façon la plus adéquate; et de même que le mot procède de la jonction des syllabes, de même aussi l'énoncé complet procède de la jonction des mots” (PRISCIEN, 2010, p. 65).

<sup>6</sup> “Dans ce qui a été antérieurement exposé, nous avons donc traité des mots réalisés individuellement, comme le réclamait leur logique propre. Nous allons à présent parler de la façon habituelle de les agencer pour construire un énoncé complet – ce que nous devons examiner avec la plus vive attention parce que c'est absolument indispensable à l'explication de texte, de quelque auteur que ce soit. En effet, de même que les lettres en s'unissant adéquatement forment des syllabes, et les syllabes des mots, de même aussi les mots forment l'énoncé” (PRISCIEN, 2010, p. 63).



exemplo, quando se trata da reduplicação de palavras na formação do enunciado. Prisciano, ao explicar o fenômeno, primeiramente o compara ao da repetição de letras e de sílabas nos vocábulos, exemplificando com alguns termos latinos: “*reliquias, reddo; leleges, tutudi, peper*” (PRISCIEN, 2010, p. 67). Em seguida, a fim de ilustrar a ocorrência da repetição de palavras na formação de sentenças, utiliza exemplos extraídos do poeta Virgílio e do orador Cícero: “*me, me! adsum qui feci*”<sup>7</sup>, Virgílio, *Eneida* 9, 427; “*fui, fui ista quondam in hac re publica uirtus*”<sup>8</sup>, Cícero, *Invectivas I* (PRISCIEN, 2010, p. 67). Depois, segue apresentando uma breve explicação sobre a reprodução agora de frases na mesma sentença, ao mesmo tempo em que indica a finalidade de seu uso: “Entretanto, isso se estende também aos enunciados completos, quando eles são ditos uma primeira vez, e repetidos novamente, de modo que essa repetição seja indispensável ou que vise a marcar uma pausa”<sup>9</sup> (PRISCIEN, 2010, p. 67). E conclui, finalmente, com novos exemplos que se referem à literatura: “*magnus poeta Vergilius fuit, magnus poeta Vergilius fuit*”<sup>10</sup>; “*tune duos una, saeuissima uipera, cena / tune duos!*”<sup>11</sup>, Juvenal em *II Sátiras* 6, 641-642 (PRISCIEN, 2010, p. 67).

Sentenças da literatura clássica, ou que remetam ao conhecimento dos clássicos, se multiplicam no corpo do livro XVII de Prisciano. A essa altura, por exemplo, ao expor o nome latino interrogativo ou indefinido *quis*, o gramático emprega frases referentes ao conhecimento acerca das obras de Virgílio, as *Geórgicas* e as *Bucólicas*: “*Quis é o nome interrogativo ou indefinido, ao qual o anafórico qui responde*”<sup>12</sup>: *quis scripsit Bucolica? – qui etiam Georgica*”<sup>13</sup> (PRISCIEN, 2010, p. 115).

<sup>7</sup> “*moi, moi! me voilà, qui ai tout fait.*” [“eu, eu! eis aqui, quem tudo fez.”] (VIRGÍLIO *apud* PRISCIEN, 2010, p. 67).

<sup>8</sup> “*tel était, oui, tel était le patriotisme jadis dans notre republique*” [“tal era, sim, tal era o patriotismo outrora em nossa república”] (CÍCERO *apud* PRISCIEN, 2010, p. 67).

<sup>9</sup> “*Mais cela s’étend aussi jusqu’aux énoncés complets, quand ils sont dit une première fois puis répétés une seconde, que cette répétition soit indispensable ou qu’elle vise à marquer un temps d’arrêt*” (PRISCIEN, 2010, p. 67).

<sup>10</sup> [“*Virgile a été un grand poete, oui, Virgile a été un grand poete.*”] [“Virgílio foi um grande poeta, sim, Virgílio foi um grande poeta.”] (PRISCIEN, 2010, p. 67).

<sup>11</sup> [“*toi, tes deux enfants, dans un même repas, vipère odieuse! toi, tes deux enfants!*”] [“tu, teus dois filhos, na mesma ceia, víbora detestável! tu, teus dois filhos!”] (JUVENAL *apud* PRISCIEN, 2010, p. 67).

<sup>12</sup> “*C’est à quis, ce nom qui est interrogatif ou indéfini, que répond l’anaphorique qui*”

<sup>13</sup> [“*qui a écrit les Bucoliques? – celui qui a écrit aussi les Géorgiques.*”] [“quem escreveu as Bucólicas? – aquele que escreveu também as Geórgicas.”] (PRISCIEN, 2010, p. 115).





A permanência de exemplos extraídos de um *corpus* da literatura clássica, na estrutura das gramáticas latinas, como ocorre na *Ars* de Prisciano, pode ser vista como resultado da transferência de uma tecnologia da língua grega, a gramática, para a língua latina, no processo de gramatização do latim; uma vez que tal aspecto se faz notar já na primeira gramática grega, a *Techné grammatiké*, de Dionísio Trácio (cf. AUROUX, 2009, p. 74).

Embora o latim tenha sobrevivido na Europa até o século XIX, nos âmbitos acadêmico, eclesiástico e como língua franca, a língua do Lácio perdera seu papel vernacular com a fragmentação do Império Romano do Ocidente, e o aparecimento das línguas neolatinas ocorrido entre os séculos VII e IX (AUROUX, 2009, p. 41; BURKE, 1995, p. 52). Na Idade Média, a língua da cultura intelectual, da religião e da administração configura-se como um latim abstrato, “objeto de uma gramática teórica”. E a partir do século IX, “a gramática latina torna-se prioritariamente uma técnica de aprendizagem do latim”, visto que, não havendo mais falantes nativos de latim, o idioma transforma-se numa segunda língua a ser aprendida no processo de escolarização (AUROUX, 2009, p. 42 e 46).

### **ARTE DA GRAMMATICA DA LINGUA PORTUGUESA, DE ANTONIO JOSÉ DOS REIS LOBATO (SEC. XVIII)**

Segundo Auroux (2009, p. 50-54), o fenômeno da ascensão dos vernáculos esteve relacionado a “três elementos fundamentais: a renovação da gramática latina, a imprensa e as grandes descobertas”. A busca pela restauração do *latim clássico*, empreendida pelos humanistas, implicou também numa recusa do *latim medieval*, considerada então como “uma língua técnica, largamente artificial, influenciada em suas próprias estruturas pelos vernáculos”; abrindo caminho para uma valorização das línguas vulgares. A invenção da imprensa na Europa, ocorrida em 1447, ao promover, por meio do livro impresso, a apresentação de um idioma homogêneo, sem variações geográficas, terminou por impactar na gramatização das línguas vernaculares. De sua parte, a colonização progressiva dos territórios do Ocidente e a exploração do planeta fizeram surgir elementos propulsores do alargamento do uso dos vernáculos europeus.





O desenvolvimento das gramáticas desses vernáculos da Europa se dá a partir da constituição das nações europeias, no século XVI (Auroux, 2009, p. 48). É comum nesse período a ideia de que a língua acompanha um império. A centralização dos Estados, bem como sua expansão territorial, e as campanhas realizadas por poetas e acadêmicos constituíram políticas linguísticas que favoreceram a ampliação de alguns vernáculos, em detrimento do latim e de outros vernáculos concorrentes (BURKE, 2010, p. 91). Em Portugal, por exemplo, como assinala Leite (2007, p. 81), não havendo o problema da concorrência entre vernáculos, a gramatização interessava principalmente como meio de elevação da língua, “tanto que as primeiras gramáticas estavam muito voltadas para afirmação do valor e da relevância do português como língua de cultura”. Data de 1536 e 1540, o surgimento das primeiras gramáticas portuguesas de que se tem notícia, respectivamente, a *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira, e a *Grammatica da lingua portuguesa*, de João de Barros. Entretanto, teríamos de aguardar até a segunda metade do século XVIII para assistir à publicação da primeira gramática portuguesa destinada ao ensino oficial de português, a *Arte da grammatica da lingua portugueza*, de Antonio José dos Reis Lobato, a qual teve sua primeira edição em 1770 (ASSUNÇÃO, 2000, p. 27).

A *Arte da grammatica da lingua portugueza*, de Antonio José dos Reis Lobato, foi publicada em 1770; todavia, o processo que autorizou sua impressão e determinou sua adoção nas escolas dos territórios sob o domínio português teve início dois anos antes. Em 1768, foi encaminhada pelo bacharel Antonio José dos Reis Lobato, pseudônimo do padre oratoriano Antonio Pereira de Figueiredo, uma petição solicitando à Real Mesa Censória que sua gramática fosse recomendada aos mestres de latinidade e às escolas de ler e escrever. O parecer, favorável ao solicitante no que tange à utilização do compêndio nas classes de latim, é dado em agosto de 1770 pelo Frei Joaquim de Santa Ana e Silva, e assinado pelo Rei em 11 de setembro, o qual manda elaborar um alvará com a resolução. O documento é então expedido em 30 de setembro de 1770, e publicado em 09 de outubro do mesmo ano (ASSUNÇÃO, 1997, p. 167; ASSUNÇÃO, 2000, p. 26-27; MENDONÇA, 2013, p. 180-181).





Contudo, a aproximação de Reis Lobato com o poder vigente pode ter sido estabelecida antes mesmo da confecção de sua gramática. Barboza (2010, p. 308), apoiada na leitura da introdução e do prefácio do compêndio de Reis Lobato, afirma que a inscrição na primeira página da gramática – “composta e oferecida ao ilustríssimo e excelentíssimo senhor Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquês de Pombal” – sugere o mecenato. Segundo a autora, essa “prática comum da administração pombalina, em que o Marquês financiava o trabalho de poetas e artistas que sublimassem seus feitos”, pode ter se estendido também à produção de compêndios para a Instrução Pública, como a *Arte da grammatica da lingua portugueza*. De acordo com o Alvará Régio de 30 de setembro de 1770, as aulas de gramática portuguesa, que precederiam por seis meses os estudos de latim, deveriam ser orientadas pelo tratado gramatical do autor português:

Sou servido ordenar, que os mestres da língua latina, quando receberem nas suas classes os discípulos para lha ensinarem, os instruem previamente por seis meses, se tantos forem necessários para a instrução dos alunos, na *Gramática Portuguesa*, composta por Antonio José dos Reis Lobato, e por mim aprovada para uso das ditas classes, pelo método, clareza e boa ordem, com que é feita (*apud* ASSUNÇÃO, 2000, p. 27-28).

Os estudos da gramática portuguesa teriam por fim, de um lado, facilitar o aprendizado de outras línguas, “pois tendo todas [as línguas] princípios comuns, achariam nelas os principiantes menos que estudar todos os rudimentos, que levarem sabidos na materna”; e de outro, desenvolver no aluno o costume de “falar e escrever com pureza, evitando aqueles erros que tanto desfiguram a nobreza dos pensamentos” (*apud* ASSUNÇÃO, 2000, p. 27).

A noção de correção da linguagem, expressa no Alvará de 1770, aparece tanto no próêmio da *Arte da grammatica da lingua portugueza*, quando a gramática é definida por Lobato como a “arte que ensina a fazer sem erros a oração portuguesa” (LOBATO, 2000, p. 143); como na introdução à obra, onde o autor expõe os objetivos de sua gramática: “Por duas razões se faz indispensavelmente precisa a notícia da gramática da língua materna: primeira,



para se falar sem erros; segunda, para se saberem os fundamentos da língua, que se fala usualmente” (LOBATO, 2000, p. 117).

Conforme Assunção (2000, p. 27, 61), Reis Lobato, em sua definição de gramática, adota o conceito de *arte* como sendo “a faculdade de prescrever regras e preceitos para fazer com acerto as coisas”, significado que estava presente já na Grécia e Roma antigas, e que fora também empregado pela maioria dos gramáticos latinos e portugueses. Para o estudioso, a concepção de gramática apresentada pela *Arte da grammatica da lingua portugueza* sustenta-se em uma finalidade prática, estando ancorada no uso; visto que almeja dar a conhecer as regras de funcionamento da língua, para que o aluno se expresse verbalmente segundo os parâmetros dessas mesmas regras.

Como aponta Auroux (2009, p. 35-36), entre os séculos V e XIX, “período em que ocorreu o processo de gramatização massiva das línguas, a gramática se torna simultaneamente uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e um meio de descrevê-las”, aspectos que a gramática de Antonio José dos Reis Lobato também parece comportar. O linguista francês ainda afirma que o interesse prático da gramática, nessa época de ascensão dos vernáculos, se volta para o domínio das línguas, afastando-se da finalidade que estava presente na sua origem, a de facilitar o acesso ao texto escrito.

Os exemplos contidos na primeira gramática portuguesa destinada ao ensino oficial de português, assim como ocorria nas gramáticas do grego e do latim, constituem parte integrante de sua estrutura. Embora a grande maioria dos exemplos desta gramática seja composta por sentenças ou vocábulos do cotidiano – talvez em virtude de ser ela uma gramática do uso, com preocupações eminentemente práticas –, algumas citações extraídas de um *corpus* literário ainda são registradas.

Na introdução da *Arte da grammatica da lingua portugueza*, Antonio José dos Reis Lobato, no trecho em que se dedica à composição de uma resenha histórica da gramatologia portuguesa, cita uma ode de Camões para exemplificar a sua regra do vocativo, e assim se contrapor às teorias apresentadas pelos gramáticos seiscentistas, o Padre Bento Pereira e João de Barros (ASSUNÇÃO, 1997, p. 168 e 173-174):





(...) A muitos há de parecer mal a novidade desta doutrina só pela não verem nas Artes, por que estudaram; porém um crítico de grande merecimento, que pretendeu provar estar o pronome *tu* em vocativo nos seguintes versos do nosso insigne poeta Luiz de Camões,

Ó bem afortunado  
Tu, que alcançaste com lira toante,  
Orfeu, ser escutado  
Do fero Rhadamante

ODE 3.

se deu por convencido, quando lhe mostrei, que nos ditos versos só se acha em vocativo o nome *Orfeu*, sobre que cai a interjeição *ó*, por ser a ordem natural da oração assim: *Ó Orfeu, bem afortunado tu Orfeu, que alcançaste etc.* em que se vê que o pronome *tu*, ajuntando-se-lhe por oposição o substantivo *Orfeu* oculto por elipse, e concordado com o adjetivo o relativo *que* serve de nominativo ao verbo *alcançaste*, que com ele concorda em estar na segunda pessoa. E não faça dúvida a repetição do nome *Orfeu* junto ao pronome *tu*, por quanto os pronomes *eu*, e *tu* são relativos, por trazerem à memória o nome substantivo, pelo qual se põe na oração; e por isso quando eu digo v.g. *eu estou escrevendo uma doutrina contrária à opinião de todos os gramáticos (...)* (LOBATO, 2000, p. 129).

Reis Lobato, que procura seguir os métodos de Port-Royal, pois considera “que sem o socorro da Filosofia se não pode conhecer perfeitamente a natureza das partes da oração”, recorre à análise lógica dos versos camonianos, na tentativa de elucidar e sustentar a sua nova doutrina do vocativo. A ode do “insigne poeta Luiz de Camões”, ao se prestar ao exame de Lobato, reveste então de autoridade a nova regra criada pelo gramático português. Quanto à utilização de textos literários como exemplos no corpo da obra, uma das variações textuais da edição crítica da *Arte da grammatica da lingua portugueza*, realizada por Assunção (2000, p. 335), apresenta outro excerto de Camões, agora para explicar um uso raro de regência do acusativo pelo participio “imitantes”. Um uso linguístico do português atestado como sendo raro parece ser autorizado, de um lado, por se assemelhar à língua latina, e de outro, por ter sido empregado por um grande poeta da literatura portuguesa:

Dos participios ativos declináveis, o participio *temente* do verbo *temer* se usa com acusativo, quando dizemos *Pedro é temente a Deus*. O nosso poeta usou o participio *imitantes* do verbo



*imitar*, (cujo participio se não acha recebido pelo uso) dando-lhe também acusativo, quando disse:  
Tem das suas perlas ricas, e imitantes  
A cor da aurora.....  
Lusíadas Cant. 10 Estanc. 102.  
Porém ainda que neste uso imitamos aos latinos, contudo é raríssimo na língua portuguesa, porque nela se tomam os ditos participios com uns meros adjetivos verbais, que não regem caso (LOBATO, 2000, p. 335).

Desse modo, na *Arte da grammatica da lingua portugueza*, de Antonio José dos Reis Lobato, Camões é elevado ao estatuto de autoridade, semelhantemente ao que acontece com Homero, na *Techné grammatiké*, de Dionísio Trácio, e com Cícero, Horácio e Virgílio, na *Institutiones grammaticae*, de Prisciano<sup>14</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A longa tradição da gramática como propedêutica à literatura se inicia ainda na Grécia Antiga. Os gramáticos alexandrinos, ao executarem os trabalhos de exegese e fixação dos textos de Homero, tomando os estudos gramaticais como parte dessa crítica textual que realizavam, acabaram também por fixar os usos linguísticos do poeta grego como modelo de boa linguagem a ser imitado, aspecto recorrente na gramática de Dionísio Trácio (sec. II-I a. C.). Essa relação entre literatura e gramática, que vê nos estudos gramaticais um meio de apreciação adequada do texto literário, e que está na origem do surgimento da primeira gramática grega, chega até a Roma Antiga, influenciando a elaboração de gramáticas latinas, como a *Institutiones grammaticae*, de Prisciano, a qual também passa a incluir, em sua estrutura, exemplos extraídos de escritores clássicos, como Cícero, Virgílio e Horácio, entre outros. Dessa herança também participam, de algum modo, as gramáticas vernaculares, na medida em que recorrem aos poetas de língua vernácula, para ilustrar um uso autorizado ou elucidar um preceito, ainda que sua preocupação seja a de fornecer regras para a prática da linguagem, como a *Arte da grammatica da lingua portugueza*, de Antonio José dos Reis Lobato (sec. XVIII).

<sup>14</sup> As discussões sobre o estabelecimento do cânone literário nas tradições grega, romana e portuguesa, das quais fazem parte os autores citados, ultrapassam o âmbito deste artigo.







## **THE LITERARY TEXT AS AN EXAMPLE OF GOOD LANGUAGE IN THE GRAMMARS: AN INCURSION IN HISTORY.**

### **Abstract:**

*The aim of this article is to observe the occurrence of literary excerpts as examples of good language in the grammars, as well as to discuss the relation between literature and grammar in the tradition of western linguistic thought, starting from a short analysis of three works that are located in important moments of linguistic historiography, that is: Techné grammatiké, from Dionysius the Thracian (sec. II-I a.C.), Institutiones grammaticae, from Priscian (sec. V d. C.) and Arte da grammatica da lingua portugueza, from Antonio José dos Reis Lobato (sec. XVIII).*

**Keywords:** *history of linguistics; history of grammar; grammar and literature; literary examples in the grammars; language teaching.*

### **REFERÊNCIAS**

ASSUNÇÃO, Carlos (1997). Introdução. Uma leitura da introdução da “Arte da grammatica da lingua portugueza” de Reis Lobato (1770). **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 14, p. 165-181.

\_\_\_\_\_. (2000). Introdução. In: LOBATO, Antonio José dos Reis. **Arte da grammatica da lingua portugueza**. Edição crítica de Carlos Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

AUROUX, Sylvain (2009). **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP.

BARATIN, Marc *et al.* (2010). Le livre 17 de l’*Ars Prisciani*. In: PRISCIEN. **Grammaire: livre XVII – syntaxe, 1**. Tradução francesa, introdução e notas de Marc Baratin *et alli*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin.

BARBOZA, Giselle Macedo (2010). O Alvará de 1770 e o ensino de língua portuguesa. In: OLIVEIRA, Luiz Eduardo (org.). **A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)**. Maceió: EDUFAL.

BURKE, Peter (1995). ‘Heu domine, adsunt turcae’: esboço para uma história social do latim pós-medieval. In: **A arte da conversação**. Tradução de Álvaro Luiz Hattner. São Paulo: Editora UNESP.

\_\_\_\_\_. (2010). **Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna**. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP.

CURTIUS, Ernest Robert (2013). **Literatura europeia e Idade Média latina**. Tradução de Teodoro Cabral e Paulo Rónai. São Paulo: Edusp.





DIONÍSIO TRÁCIO (2002). **Gramática – comentários antigos**. Tradução espanhola, introdução e notas de Vicente Bécares Botas. Madri: Editorial Gredos.

HANSEN, João Adolfo (1992). Autor. In: JOBIM, José Luis (org.). **Palavras da crítica**. Rio de Janeiro: Imago.

JEAGER, Werner Wilhelm (2013). **Paideia: a formação do homem grego**. Tradução de Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes.

LEITE, Marli Quadros (2007). **O nascimento da gramática portuguesa: uso e norma**. São Paulo: Paulistana; Humanitas.

LOBATO, Antonio José dos Reis (2000). **Arte da grammatica da lingua portugueza**. Edição crítica de Carlos Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

LYONS, John (1979). **Introdução à linguística teórica**. Tradução de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Editora Nacional; Edusp.

MARROU, Henri-Irénée (1966). **História da educação na Antiguidade**. Tradução de Mário Leônidas Casanova. São Paulo: Herder; Edusp.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos (2013). A língua portuguesa como uma nova língua clássica. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 17, n. 39, jan./abr., p. 173-187.

NEVES, Maria Helena de Moura (2002). **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Editora UNESP.

PORTUGAL. Alvará Régio de 30 de setembro de 1770 *apud* ASSUNÇÃO, Carlos (2000). Introdução. In: LOBATO, Antonio José dos Reis. **Arte da grammatica da lingua portugueza**. Edição crítica de Carlos Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

PRISCIEN (2010). **Grammaire: livre XVII – syntaxe, 1**. Tradução francesa, introdução e notas de Marc Baratin *et al.* Paris: Librairie Philosophique J. Vrin.

ROBINS, Robert Henry (1983). **Pequena história da linguística**. Tradução de Luiz Martins Monteiro. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.

SVENBRO, Jesper (1998). A Grécia arcaica e clássica: a invenção da leitura silenciosa. In: CAVALLLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (orgs.). **História da leitura no mundo ocidental 1**. Tradução de Fulvia M. L. Moretto, Guacira Marcondes Machado e José Antonio de Macedo Soares. São Paulo: Ática.

